



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE

Taise Feltes

**Contabilidade societária versus regulatória: Um estudo sobre a persistência dos lucros
dos bancos de capital aberto**

Florianópolis

2021

Taise Feltes

Contabilidade societária versus regulatória: Um estudo sobre a persistência dos lucros dos bancos de capital aberto

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Contabilidade.
Orientador: Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Feltes, Taise

Contabilidade societária versus regulatória: : Um estudo sobre a persistência dos lucros dos bancos de capital aberto / Taise Feltes ; orientador, Alex Mussoi Ribeiro, 2021.

53 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Contabilidade. I. Mussoi Ribeiro, Alex . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Contabilidade. III. Título.

Taise Feltes

Contabilidade societária versus regulatória: um estudo sobre a persistência dos lucros dos bancos de capital aberto

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^ª. Suliani Rover, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Pedro Alberto Barbetta, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Orleans Martins, Dr.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Contabilidade.

Prof^ª. Ilse Maria Beuren

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

Prof. Alex Mussoi Ribeiro, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2021.

À minha mãe Kátia, ao meu pai Tarcísio e aos meus irmãos,
Vinicius e Igor, com carinho.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de encerrar mais uma etapa de minha vida. Desta vez, o mestrado em Contabilidade. É inevitável não pensar em toda a minha trajetória até este momento. E, da mesma forma, é inevitável não pensar em todas as pessoas especiais, as que já faziam parte da minha vida e as que cruzaram meu caminho e que, de alguma forma contribuíram para que hoje eu chegasse até aqui. Certamente, nada disso seria possível sem a presença e o apoio destas pessoas, portanto, não poderia deixar de expressar minha mais sincera gratidão.

Primeiramente, agradeço à Deus, por todas as bênçãos e por sempre iluminar meu caminho, me fazendo viver da melhor forma possível, com saúde e ao lado de pessoas importantes. Agradeço também, por ter a oportunidade de estudar na UFSC, minha segunda casa desde a graduação, lugar que me proporcionou muito mais do que conhecimentos contábeis. Durante esses anos em que estive na universidade pude crescer profissionalmente, mas, mais importante que isso, pude evoluir como pessoa.

Agradeço à minha família, minha base. Com todo o meu amor, agradeço à minha mãe Kátia e ao meu pai Tarcísio, meus exemplos de garra, força e fé, minhas fontes de inspiração diária. Obrigada por nunca medirem esforços para me ver feliz, por me apoiarem em todos os momentos e por vibrarem com cada conquista minha. Devo tudo a vocês. Gratidão aos meus irmãos, Vinicius e Igor, pela companhia, parceria e por tornaram a vida mais alegre. Amo vocês!

Não poderia deixar de agradecer minha vó Maria, minha segunda mãe, que por diversas em que meus pais não estavam presentes, não mediu esforços para cuidar de mim. Minha vó amada, você é tudo para mim, gratidão eterna por cada ensinamento, por cada palavra de amor e carinho.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, grandes amigos Rafaela Vieira Santos, Eduardo Tramontin Castanha, Silvana Mannes, e Daiana Rafaela Pedersini, que estiveram comigo durante todo o mestrado, compartilhando alegrias e angústias. Obrigada por tornarem esses dois anos mais leves, guardo vocês no meu coração. Aos meus colegas de núcleo, Allison Manoel de Sousa, Denise Isabel Rizzi, Igor Pereira da Luz e Thiago Bruno de Jesus Silva, agradeço por ter conhecido vocês e por todos os conhecimentos compartilhados no dia a dia. Vocês foram especiais durante esses anos.

Meus agradecimentos ao meu orientador, Professor Doutor Alex Mussoi Ribeiro, pela orientação, atenção e contribuições durante todo o mestrado. Estendo meus cumprimentos aos

demais docentes do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFSC, com os quais tive o prazer de cursar disciplinas e adquirir novos conhecimentos.

Por fim, agradeço aos membros da banca, Professora Doutora Suliani Rover, Professor Doutor Pedro Alberto Barbeta e Professor Doutor Orleans Silva Martins, estendendo os cumprimentos ao colega doutorando Ronan Reis Marçal, pelas valiosas contribuições que foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), portanto, agradeço ao subsídio no decorrer do curso de mestrado.

Whenever you find yourself doubting how far you can go, just remember how far you have come. (N. R. Walker, 2016)

RESUMO

Este estudo objetiva investigar se há diferença na persistência dos lucros dos bancos de capital aberto ao considerar a contabilidade societária e a contabilidade regulatória. Para atingir esse objetivo, a população do estudo compreendeu todos os bancos que negociaram ações na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A amostra inicial contou com 25 bancos, no entanto, devido a alguns bancos não apresentarem demonstrativos padrão IFRS, a amostra final resultou em 19 bancos. O período analisado compreende os anos de 2012 a 2019. No que se refere à mensuração da persistência dos lucros, optou-se pelo uso do modelo de Dichev e Tang (2009). Para a análise dos dados, inicialmente, realizou-se a estatística descritiva com a finalidade de verificar o comportamento da persistência dos lucros ao longo do tempo. Além disso, recorreu-se a técnica estatística regressão de dados em painel, como ferramenta para avaliar se há diferença na persistência dos lucros dos bancos de capital aberto ao considerar a contabilidade societária e a contabilidade regulatória. Os achados da estatística descritiva indicam que a persistência dos lucros do modelo contábil regulatório apresenta média maior em todo o período analisado. Já os resultados da análise multivariada apontam que o modelo apresenta poder explicativo (R^2 de 13,38). Além disso, ao considerar o coeficiente beta, rejeita-se a hipótese de pesquisa levantada de que os relatórios societários apresentam lucros mais persistentes em relação aos lucros dos relatórios regulados. Desse modo, entende-se que não há diferença na persistência dos lucros nos relatórios estudados. A partir desses achados, a pesquisa apresenta contribuições teóricas no que se refere a uma nova perspectiva ao comparar dois padrões contábeis e verificar suas implicações para a qualidade das informações. Além disso, no âmbito prático, os resultados podem ser de interesse dos usuários externos, uma vez que elucidam que não há diferenças na persistência dos lucros no relatório societário e regulado. Também podem servir como reflexão para o Banco Central no sentido de avaliar a adoção das IFRS de forma completa, resultando assim, em economia de custos de divulgação pelas empresas.

Palavras-chave: Contabilidade societária; Contabilidade Regulatória; Setor Bancário; Persistência dos lucros.

ABSTRACT

This study aims to investigate whether there is a difference in the persistence of profits of publicly traded banks when considering corporate accounting and regulatory accounting. To achieve this goal, the study population included all banks that traded shares in Brazil, Bolsa, Balcão (B3). The initial sample had 25 banks, however, due to some banks not presenting IFRS standard statements, the final sample resulted in 19 banks. The period analyzed covers the years 2012 to 2019. With regard to measuring the persistence of earnings, we chose to use the model by Dichev and Tang (2009). For data analysis, initially, descriptive statistics were performed in order to verify the behavior of earnings persistence over time. In addition, the statistical technique of panel data regression was used as a tool to assess whether there is a difference in the persistence of profits of publicly traded banks when considering corporate accounting and regulatory accounting. The findings of descriptive statistics indicate that the persistence of profits in the regulatory accounting model has a higher average throughout the analyzed period. The results of the multivariate analysis, on the other hand, indicate that the model has explanatory power (R^2 of 13.38). Furthermore, when considering the beta coefficient, the research hypothesis raised that corporate reports show more persistent earnings in relation to the earnings of regulated reports is rejected. Thus, it is understood that there is no difference in earnings persistence in the reports studied. Based on these findings, the research presents theoretical contributions regarding a new perspective when comparing two accounting standards and verifying their implications for the quality of information. Furthermore, in the practical sphere, the results may be of interest to external users, since they clarify that there are no differences in the persistence of profits in the corporate and regulated reporting. They can also serve as a reflection for the Central Bank in the sense of fully evaluating the adoption of IFRS, thus resulting in savings in disclosure costs by companies.

Keywords: Corporate accounting; Regulatory Accounting; Banking Sector; Persistence of profits.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comportamento da persistência dos lucros entre 2012 e 2019.....	40
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra da pesquisa.....	34
Tabela 2 – Variáveis do modelo multivariado.....	36
Tabela 3 – Estatística descritiva.....	39
Tabela 4 – Matriz de correlação de Spearman.....	41
Tabela 5 - Modelo multivariado da persistência dos lucros.....	42

LISTA DE SIGLAS

IASB – *International Accounting Standards Board*

BACEN – Banco Central do Brasil

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

B3 – Brasil, Bolsa Balcão

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

PERSIST – Persistência dos lucros

CRESC – Crescimento da receita

END – Endividamento geral

TAM – Tamanho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVO	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.3 JUSTIFICATIVA	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 PERSISTÊNCIA DOS LUCROS.....	23
2.2 MODELO CONTÁBIL SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO.....	25
2.3 PESQUISAS RELACIONADAS E DESENVOLVIMENTO DA HIPÓTESE	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1 AMOSTRA E COLETA DOS DADOS.....	34
3.2 MODELO BASE DO ESTUDO	35
3.2.1 Persistência dos Lucros	35
3.3 VARIÁVEIS E MODELO EMPÍRICO DO ESTUDO	36
3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	39
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	39
4.2 ANÁLISE MULTIVARIADA	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

Os relatórios financeiros compreendem uma das principais formas de comunicação das empresas com seus investidores. É por meio deles que as companhias divulgam seus desempenhos econômicos e financeiros para o mercado de capitais. O IASB (*International Accounting Standards Board*), em sua Estrutura Conceitual para relatórios financeiros (*The Conceptual Framework for Financial Reporting*), ressalta que os relatórios devem conter informações úteis sobre a entidade, com o intuito de auxiliar os usuários externos em sua tomada de decisão. Conforme aponta Ge (2009), as informações apresentadas nos relatórios financeiros devem ser relevantes, haja vista que os usuários externos as utilizam para compreender a saúde econômico-financeira das companhias. Em decorrência disto, entende-se que as informações reportadas nos relatórios das companhias precisam ter qualidade para auxiliar as partes interessadas no seu processo decisório.

Dentre as informações econômico-financeiras que são apresentadas nos relatórios contábeis das empresas, destaca-se o lucro líquido. Este, conforme Kothari (2001), é uma ferramenta que auxilia na devida avaliação das empresas. Desse modo, investidores e credores recorrem ao lucro com o intuito de avaliar a capacidade de geração de resultados, prever resultados futuros, bem como analisar o risco do investimento (Hendriksen & Van Breda, 1999). Para contribuir de modo efetivo para estes objetivos, principalmente para previsibilidade futura, uma qualidade necessária do lucro é a sua persistência.

O lucro líquido pode apresentar variações ao longo do tempo diante de diferentes contextos internos e externos que podem ser controláveis ou incontroláveis pela empresa. Essa variação pode ser mais ou menos significativa, fazendo com que o lucro tenha como aspecto menores ou maiores níveis de persistência. Neste panorama, não apenas o lucro líquido é avaliado como item para análise da saúde financeira, mas também o seu nível de persistência ao longo do tempo (Dechow, Ge & Schrand, 2010). Isso porque, a volatilidade dos lucros está negativamente associada à previsibilidade dos lucros (Dichev & Tang, 2009).

Com isso, a persistência dos lucros corresponde a uma característica de qualidade das demonstrações contábeis (Dechow et al., 2010). Entende-se, portanto, que quanto mais constante for o lucro maior será sua capacidade preditiva, contribuindo assim com o aspecto da

sua qualidade relacionado com seu poder de previsibilidade dos resultados futuros. Este elemento é relevante para os usuários das informações financeiras, principalmente investidores e analistas, pois a qualidade da previsibilidade dos resultados futuros de uma companhia deverá impactar diretamente o seu valor presente. Assim, a persistência dos lucros pode gerar uma contribuição benéfica para o mercado ao permitir o papel de previsão ligada à função de *valuation* da utilidade da informação.

Corroborando esta ideia, Palepu, Healy e Bernard (2000) destacam que a característica de predição da persistência facilita a avaliação de ativos que, por sua vez, está relacionada, conforme Schipper e Vincent (2003), com a qualidade do próprio processo de alocação de recursos em uma economia de mercado. Mercados em que os valores dos ativos forem mensurados com maior acurácia e confiabilidade tendem a possuir um efeito menor do problema da seleção adversa, ou seja, os recursos serão destinados para as empresas dentro de um processo mais justo e equilibrado pela função de risco dos investidores, o que traz um benefício amplo para a economia.

Por ser uma medida de qualidade que possui respaldo no lucro, a persistência pode ser influenciada por alguns fatores que afetam esta medida. Dechow et al. (2010) mencionam que o nível de qualidade das informações contábeis pode sofrer influência de vários aspectos, como características institucionais e organizacionais, sistema de governança, auditoria externa, perfil dos investidores e regulação contábil.

No que se refere à regulação contábil, após o processo de convergência às normas internacionais conhecidas como *International Financial Reports Standards* (IFRS), muitos estudos buscaram identificar as implicações desse padrão contábil em alguns aspectos da qualidade das informações. Desta forma, uma vasta gama de estudos se concentrou em analisar o período que antecede a adoção do padrão IFRS em comparação com o período posterior à adoção das normas, por exemplo, Atwood et al. (2011), Sunder (2009), Jamal et al. (2008), Liu e Sun (2015), Barth et al. (2008), Ribeiro et al. (2016), Artikis e Doukakis (2010), Marçal e Macedo (2019) e Ahmed et al. (2013).

Sobre essa temática, os estudos demonstraram que o efeito varia com o ambiente de relatórios do país de origem da empresa (Kang et al., 2012) e que, apesar de alguns estudos apontarem maior nível de qualidade das informações contábeis no período pós-IFRS (Liu & Sun, 2015; Barth et al., 2008; Ribeiro et al., 2016), outros sugerem que relatórios IFRS não

parecem melhorar a qualidade das informações contábeis (Artikis & Doukakis, 2010; Marçal & Macedo, 2019; Ahmed et al., 2013). Existem, também, estudos que demonstram que a concorrência entre padrões é preferível ao invés da adoção de um único padrão (Atwood et al., 2011; Sunder, 2009; Jamal et al., 2008). Em termos globais, contudo, observou-se uma ampla adesão ao padrão internacional.

Embora grande parte dos países tenham aderido ao padrão IFRS, geralmente a exigência é para os balanços consolidados das empresas. Para os balanços individuais a predominância ainda é o GAAP local. Isto dificulta a análise comparativa entre os GAAPs, pois dois entes econômicos distintos estariam sendo comparados. Desta forma, apesar da vasta literatura sobre o tema, ainda não há um consenso sobre a diferença entre os relatórios elaborados sob o padrão local com os elaborados com base das IFRS, no quesito da persistência dos lucros.

O Brasil é uma exceção neste caso, pois adotou o padrão IFRS também para o GAAP local, restando a diferença de GAAP apenas para algumas atividades reguladas, como energia elétrica e bancos. A vantagem de se estudar a questão no caso brasileiro é que as empresas de capital aberto sujeitas às normas regulatórias específicas também possuem a necessidade de publicar seus balanços em IFRS, o que traz um denominador comum na base de comparação.

Um setor de destaque no Brasil que possui esta especificidade e grande representatividade na economia é o setor financeiro. As instituições financeiras brasileiras de capital aberto divulgam seus relatórios contábeis em dois padrões distintos: o padrão regulado pelo BACEN (Banco Central do Brasil) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. Apesar disso, o Bacen foi um dos órgãos que incentivou a adoção das normas internacionais no Brasil. No entanto, ao longo do período de convergência das instituições financeiras às normas da IFRS, o BACEN apresentou divergência quanto à aplicação deste padrão internacional no que confere a alguns aspectos, como os instrumentos financeiros descritos na norma IFRS 9 (Vanconcelos, Ferreira & Neto, 2020). Além disso, Peasnell et al. (2000) apontam que a literatura sugere que o processo de mensuração contábil de instituições financeiras diverge das demais empresas.

A respeito do padrão contábil proposto pelo IASB, os relatórios financeiros seguem as normas internacionais de contabilidade (IFRS), as quais são baseadas em princípios. Modelo que apresenta a característica de ser mais flexível, o que traz o lucro contábil mais para perto do lucro econômico (Mala & Chand, 2012; Ball, 2006). Isto poderia implicar em um lucro contábil menos persistente, pois ele estaria carregado com uma maior discricionariedade do

gestor. Um lucro menos persistente sugere que este item de desempenho tenha maiores níveis de volatilidade em decorrência, exatamente, deste maior poder de julgamento (Chan, Lin & Mo, 2010). Um dos aspectos que fazem parte do aumento da carga de julgamento dos preparadores é a base de mensuração ao valor justo. Esta base possui como característica a possibilidade de ganhos e perdas ainda não realizados transitarem pelo lucro do exercício. Deste modo, os investidores e analistas teriam maior grau de dificuldade em prever o desempenho econômico-financeiro da companhia para os próximos períodos.

Por outro lado, o relatório financeiro regulado pelo BACEN segue uma base mais uniforme por ser, predominantemente, baseado em regras. Além disso, Farias, Ponte, Oliveira e De Luca (2014), mencionam que diferente do padrão IFRS, os relatórios de acordo com as normas do BACEN seguem as exigências de órgãos governamentais. As regras contábeis desse tipo de padrão são mais restritivas nas escolhas discricionárias e, por isso, possuem menor possibilidade de aplicação do juízo de valor. Este aspecto da menor discricionariedade, assim como da maior, também poderia prejudicar a persistência. Um lucro mais uniforme acaba trazendo consigo uma carga de eventos futuros em um menor grau. Esta impossibilidade de incorporar o resultado econômico no lucro antes da sua realização pode dificultar o papel preditivo da medida e tornar o lucro menos informativo para os investidores. Apesar disto, a própria natureza das variações dos ganhos e perdas não realizadas podem tornar o lucro mais volátil e, por consequência, menos persistente quando comparado com um padrão mais rígido que não permite esta incorporação antecipada.

Nesta perspectiva, alguns trabalhos se debruçaram em analisar a influência da regulação contábil em aspectos da qualidade da informação como a suavização de resultados (Baioco, Almeida e Rodrigues, 2013; Kolosvari & Macedo, 2016), o gerenciamento de resultados por accruals (Morais et al., 2019), o conservadorismo (Costa et al., 2009) e a relevância das informações (Marques, 2018).

Em seu trabalho, Silva et al. (2010), descrevem a existência de diferenças na qualidade das informações quando os padrões contábeis são estipulados por órgãos governamentais. No mesmo sentido, Moraes et al. (2019) sugerem que o ambiente regulatório pode afetar o nível da qualidade da informação contábil. Baioco et al. (2013) também acrescentam que os lucros podem apresentar diferenças ao considerar relatórios dos setores com padrões regulados e não regulados. Na mesma linha, Marques (2018) também sugere que há diferença na relevância das informações reportadas em padrões contábeis distintos. Assim, interpreta-se que o nível de

persistência dos lucros, como aspecto da qualidade da informação contábil, pode apresentar diferenças conforme o padrão contábil.

Nesse contexto, considera-se a especificidade apresentada pelo setor bancário brasileiro diante dos demais setores, no que confere à divulgação de dois tipos de relatórios contábeis, assim como, as diferenças existentes entre os relatórios, principalmente no que se refere a IFRS 9, que trata dos instrumentos financeiros. Essas características podem contribuir com a discussão sobre o impacto de diferentes padrões contábeis em aspectos da qualidade da informação contábil. Pode-se contribuir, também, pois as pesquisas até então não se atentaram em investigar especificamente a persistência dos lucros, outro aspecto da qualidade da informação. Uma vez que, ao considerar sistematicamente as possíveis diferenças existentes entre os relatórios regulados pelo setor e relatórios padrão IFRS, divulgados conjuntamente pela mesma empresa, consiste em uma lacuna latente e pode ser um aspecto relevante principalmente para os analistas e demais usuários das informações contábeis no que se refere a identificar qual relatório deve ser utilizado para as previsões de resultados futuros. Neste sentido, delinea-se a seguinte pergunta de pesquisa: **qual é a diferença na persistência dos lucros dos bancos de capital aberto ao considerar o modelo contábil societário e o regulatório?**

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo busca analisar a diferença na persistência dos lucros dos bancos de capital aberto ao considerar a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

1.3 JUSTIFICATIVA

O estudo se justifica por apresentar uma perspectiva diferente das demais pesquisas até então realizadas, haja vista que busca-se analisar concomitantemente os relatórios de uma mesma empresa por meio de dois modelos contábeis que apresentam diferenças na sua base de mensuração. Deste modo, busca-se contribuir com a temática, também estudada nos trabalhos de Moraes et al. (2019), Baioco et al. (2013), Arruda et al. (2018) e Marques (2018), ao preencher lacunas, dado que estes trabalhos não contemplaram especificamente a persistência dos lucros, característica da qualidade dos relatórios, a qual está ligada ao desempenho econômico-financeiro das companhias e possibilita a previsão de desempenho em períodos futuros [ver Schipper e Vincent (2003) e Dichev e Tang (2009)]. Além disso, os estudos não analisaram padrões contábeis distintos. Nesse sentido, espera-se avançar na literatura acerca do tema e desencadear discussões que envolvem o impacto da regulação para a qualidade da informação contábil.

Quanto à escolha do setor bancário, justifica-se ao considerar suas peculiaridades e divergências com relação aos demais setores (De Farias et al., 2014). Uma peculiaridade compreende à divulgação de dois tipos de relatórios distintos, sendo um fundamento em princípios (padrão IFRS) e o outro que apresenta divergências com relação a esse padrão, principalmente no que se refere à divulgação de instrumentos financeiros. Nesta perspectiva, são poucos os estudos que buscam investigar especificamente o setor (Hung et al., 2018), o que abre espaço para novas investigações que compreendam essas companhias (Beuren, Moura & Theiss, 2016).

Como contribuição prática, destaca-se que a pesquisa pode contribuir com credores, investidores, analistas e órgãos reguladores. No que se refere aos credores, aponta-se que estes precisam estar atentos quanto à perspectiva de geração de caixa nos períodos futuros, bem como, a perspectiva de rentabilidade, ao considerar o lucro líquido. Assim, poderão evitar a concessão de empréstimos e financiamentos para empresas com altos riscos de inadimplência. Quanto aos investidores, estes podem se beneficiar, uma vez que podem compreender o nível de persistência das empresas e dessa forma, fundamentar suas decisões, bem como prospectar o lucro em períodos futuros. Ressalta-se que os dividendos são distribuídos conforme o relatório do BACEN, nesse sentido, se houver diferença, poderia ser prejudicial para os investidores.

Além disso, destaca-se que os analistas realizam suas projeções e são responsáveis pela alocação de recursos financeiros empregados pelos investidores com o propósito de atingir a maior rentabilidade possível, seja com ganho com dividendos e/ou rentabilidade devido ao retorno da ação. Nesse sentido, também pode-se auxiliar esse grupo de profissionais, uma vez que os analistas precisam dos lucros para fazer suas projeções. Ainda é importante ressaltar que, se houver diferença significativa no nível de persistência dos lucros nos dois padrões, pode impactar na tomada de decisão dos analistas, que terão que optar por fazer suas projeções com base em um dos padrões.

Por fim, se existir diferença no nível de persistência entre o padrão regulado e o padrão não regulado, pode ser um ponto de atenção para os órgãos reguladores, principalmente por ter impactos para investidores, credores e analistas em suas tomadas de decisão. Colabora-se com os definidores de padrões uma vez que os resultados podem ajudar a refletir sobre a questão de se deve haver um conjunto uniforme de padrões ou se a diversidade de padrões seria melhor para auxiliar os usuários da informação (Kothari, 2001). Isso porque, a elaboração de dois tipos de relatórios implica em custos. Nesse sentido, espera-se contribuir com os órgãos reguladores com o intuito de auxiliar na elaboração de políticas para que os padrões sejam mais convergentes, e no planejamento das ações que devem ser adotadas nesse caso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PERSISTÊNCIA DOS LUCROS

Ao considerar a utilidade das informações contidas nos relatórios financeiros das companhias como forma de apoiar os usuários externos, especialmente os investidores, no que se refere à sua tomada de decisão, considera-se crucial que tais relatórios tenham qualidade para que os eventos econômicos ocorridos sejam demonstrados corretamente às partes interessadas. Nesse sentido, Schipper e Vicent (2003) destacam que a qualidade dos relatórios financeiros e, mais especificamente, a qualidade dos resultados, são de interesse dos usuários externos. Ainda, Dechow et al. (2010) corroboram com a ideia e apontam que lucros com maior qualidade são mais informativos sobre o desempenho da empresa.

No que se refere à qualidade das informações contábeis, esta pode ser estudada de várias formas, uma vez que, conforme apontam Dechow et al. (2010) é composta por algumas características como conservadorismo, gerenciamento de resultados, persistência dos lucros e *value relevance*. Dessa forma, compreende-se a persistência como um atributo da qualidade da informação contábil, relevante aos usuários externos.

A persistência dos lucros foi inicialmente estudada de modo empírico por Sloan (1996), cujo estudo destacou que o componente de fluxo de caixa do lucro é mais persistente do que seu componente de *accruals*. Ainda, Lev (1983) definiu a persistência como a não aleatoriedade no comportamento dos lucros. Corroborando a ideia, Schipper e Vicent (2003) apontam a persistência como a permanência e não transitoriedade de mudanças dos lucros, sendo considerada uma característica da qualidade da informação contábil que é útil para investidores no processo decisório e de avaliação das companhias.

A partir da pesquisa de Sloan (1996), novos estudos que versam sobre a persistência dos lucros foram desenvolvidos, ao considerar o pressuposto de que empresas com lucros mais persistentes, apresentam maior utilidade com modelos de *valuation*. Com relação a isso, Dechow et al. (2010) destacam que se variáveis como lucros, dividendos e fluxos de caixa são capazes de prever resultados futuros, implicariam em melhoria do processo decisório ao considerar o contexto de precificação de ações.

O principal interesse no estudo deste aspecto da informação decorre da sua característica de predição, uma vez que possibilita auxiliar na avaliação dos ativos da empresa (Papepu, Healy & Bernard, 2000). Assim, busca-se compreender o papel dos lucros atuais na avaliação e predição de lucros futuros (Frankel e Litov, 2009). Dessa forma, a persistência dos lucros é apontada por diversos autores (Aboody, Hughes & Liu, 2002; Dechow e Dichev, 2002; Dechow, Sloan & Sweeney, 1996; Jones, 1991; Kothari, Leone & Wasley, 2005) como uma ferramenta que ajuda a determinar a saúde econômico-financeira de uma empresa.

Com base nestas evidências, pode-se considerar que a persistência dos lucros é benéfica aos usuários externos. Isso porque, os investidores consideram o lucro um número importante para sua tomada de decisão (Graham et al. 2005) e, portanto, a posição de riqueza dos acionistas é influenciada pelos lucros reportados pela companhia (Ball e Brown, 1968). No que se refere aos investidores, estes usuários da informação contábil consideram lucros persistentes como mais sustentáveis, portanto, podem ser considerados como uma ferramenta mais útil para avaliação das empresas.

Além dos investidores, os credores também podem se beneficiar com a persistência dos lucros das empresas, uma vez que estes utilizam os lucros e outras informações contábeis para avaliar a saúde, credibilidade e viabilidade da companhia (Ge, 2009). Dessa forma, conforme apontam Ho e Rao (1993), os lucros e, em especial a sua volatilidade, é considerada um fator preponderante para determinar o risco de inadimplência na realização de um empréstimo, por exemplo.

No que confere aos analistas, estes usuários da informação contábil utilizam os lucros para realizar suas projeções, assim, associarão a volatilidade e previsibilidade dos lucros (Brown, 1993). Dessa forma, lucros persistentes podem facilitar o trabalho dos analistas e evitar erros em suas previsões.

Com relação ao setor bancário, o papel da persistência dos lucros é reforçado uma vez que é esta característica da qualidade da informação contábil é relevante para a manutenção e estabilidade do sistema financeiro (Hung et al., 2018). Essa questão impulsionou o debate sobre os determinantes de tal fenômeno desencadeando algumas pesquisas, como a de Cumming et al. (2012), por exemplo, em que os autores demonstraram que a regulamentação financeira pode ter impactos na persistência dos lucros.

Diante do exposto, compreende-se a persistência como uma característica positiva da qualidade dos relatórios contábeis, uma vez considera-se que a volatilidade dos lucros esta negativamente associada à previsibilidade dos lucros (Dichev e Tang, 2009), assim, a não aleatoriedade dos lucros é considerada mais útil para a avaliação das empresas e, dessa forma, possibilita que os usuários externos (quais sejam: investidores, credores e analistas), possam tomar suas decisões de forma mais assertiva. Além disso, esse aspecto da qualidade pode ser ainda mais relevante ao considerar o setor bancário, uma vez que os bancos têm influência no mercado de capitais.

2.2 MODELO CONTÁBIL SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

Os relatórios financeiros divulgados pelas companhias constituem uma das formas de comunicação com seus potenciais investidores. Em seus relatórios, as empresas apresentam as demonstrações contábeis, as quais fornecem informações acerca do seu desempenho econômico-financeiro e, dessa forma, possibilitam auxiliar os usuários externos na sua tomada de decisão e na previsão de lucros futuros (Ou e Penman, 1989; Frankel e Lee, 1998; Lev e Thiagarajan, 1993). A utilidade das informações contábeis reportadas nos relatórios das companhias é ressaltada nas estruturas conceituais do FASB e IASB, onde os formuladores de padrões apontam que as companhias devem divulgar informações úteis, com o intuito de auxiliar os usuários na previsão de fluxo de caixa.

Para garantir que as informações reportadas nos relatórios sejam de qualidade e tenham como propósito auxiliar os usuários externos em seu processo decisório, tem-se a presença dos órgãos reguladores que emitem normas e padrões contábeis, os quais precisam ser considerados pelas companhias na elaboração das demonstrações financeiras para garantir transparência e credibilidade das informações reportadas.

Os padrões contábeis envolvem as escolhas realizadas pelas empresas no que se refere ao reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos fenômenos econômicos. Assim, quando estes padrões são implementados com credibilidade pelos preparadores das demonstrações contábeis (DeFond, Hu, Hung & Li, 2011), eles podem influenciar na qualidade dos relatórios financeiros (Fields, Lys & Vincent, 2001).

A regulação contábil pode ser considerada como um mecanismo que busca limitar a discricção gerencial e seu efeito sobre a riqueza do proprietário (Booth, Cornett & Tehranian, 2002). Isso porque, por meio da divulgação obrigatória de relatórios financeiros, é possível que os reguladores fiscalizem as companhias (Michelon, Bozzolan e Beretta, 2015). Assim, os regulamentos desempenham papel relevante para os mercados de capitais, tendo em vista que ajudam a reduzir os custos de transação e o comportamento oportunista por parte dos gestores, ao exigir a divulgação de informações que auxiliem os usuários externos, bem como ao desempenhar o papel de garantir o cumprimento dessas regras (Shima & Gordon, 2011).

A globalização da economia e, conseqüentemente a expansão dos mercados implicaram na necessidade de as empresas elaborarem suas demonstrações contábeis baseadas em normas e critérios uniformes e homogêneos, com o intuito de que os proprietários, os gestores, investidores e demais partes interessadas de todo o mundo pudessem se utilizar de informações transparentes, confiáveis e comparáveis nos seus processos de tomadas de decisões (Antunes et al., 2007). Essa necessidade se justifica, pois, as diferenças nas práticas contábeis entre os países podem implicar em transações econômicas semelhantes que são registradas de forma diferente. Dessa forma, as demonstrações contábeis não seriam comparáveis e prejudicaria a análise financeira internacional e o investimento.

Nesse contexto de internacionalização de mercados, surgem as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB. Conforme apontam Atwood et al. (2011), o movimento em direção à aceitação global das IFRS gerou considerável atenção e debate e impulsionou diversas pesquisas que buscaram entender as conseqüências da adoção desse padrão nos países que a adotaram.

Após a emissão do novo padrão, o número de países que passou a exigir as normas IFRS cresceu ao longo do tempo (Lourenço & Branco, 2015), muito disso em função dos argumentos favoráveis relacionados ao processo de convergência (Barth et al., 2008; Jeanjean & Stolowy, 2008). A adoção das normas internacionais, conforme apontam Lourenço e Branco (2015) implica em mudança de paradigma, uma vez que estas normas são baseadas em princípios, diferentemente das normas que eram utilizadas anteriormente que são baseadas em regras. Além disso, conforme destacam Armstrong et al. (2010), a principal alteração decorrente das normas IFRS se refere a utilizar o valor justo como base de mensuração.

O fato de as normas IFRS serem fundamentadas em princípios implica em maior complexidade do sistema contábil, uma vez que necessita de maior julgamento e envolvimento dos gestores na elaboração das demonstrações financeiras (Lourenço & Branco, 2015). Ball (2006) destacam que o padrão internacional tem característica de refletir ganhos e perdas econômicos de forma mais tempestiva e oportuna, além de apresentar informações mais informativas e com maior qualidade. Isso porque, conforme apontam Lourenço e Branco (2015), os critérios de reconhecimento e de mensuração retratam melhor a realidade econômica das empresas.

Entretanto, o aumento da carga de julgamento (ressaltada em função do uso do valor justo) pode ter implicações negativas na qualidade dos demonstrativos contábeis, prejudicando o processo decisório dos usuários das informações financeiras. Isso porque, oferece maior liberdade de escolha aos gestores ao considerar diferentes critérios contábeis (Chan, Lin & Mo, 2010). Dessa forma, os gestores podem se utilizar da discricionariedade, presente nas normas IFRS, para gerenciar o lucro, deixando-o mais volátil.

Assim, entende-se que se os gestores utilizarem a discricionariedade dos relatórios IFRS para transmitir informações relevantes, os lucros relatados no IFRS poderão ser mais persistentes e, portanto, estarão mais associados a fluxos de caixa futuros do que os lucros reportados em outros padrões. Entretanto, se os gerentes usarem essa maior flexibilidade para reportar lucros de maneira otimista ou oportunista, de acordo com objetivos particulares, essa ação pode implicar em lucros menos persistentes e menos associados a fluxos de caixa futuros quando reportados de acordo com as IFRS em comparação com outros padrões (Atwood et al., 2011).

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais teve início no ano de 2007, sendo o BACEN, um órgão incentivador de tal mudança. Por meio da resolução 3.786/2009, passou-se a exigir que as instituições financeiras brasileiras divulgassem suas demonstrações considerando o padrão IFRS.

Apesar disso, o fato de as IFRS utilizarem o valor justo como base de mensuração manifestou certo receio das instituições financeiras ao redor do mundo no processo de convergência. Principalmente no que se refere ao valor justo de instrumentos financeiros, uma vez que são estes são os principais componentes patrimoniais dos balanços dessas empresas

Barth et al. (2014). Além disso, Lim, Lim e Lobo (2013) apontam que o valor justo é visto por muitos banqueiros como o grande intensificador da crise mundial no ano de 2008.

Desse modo, o BACEN apesar de exigir que as instituições financeiras divulguem seus relatórios considerando o padrão IFRS, também exige que os bancos reportem as demonstrações financeiras de acordo com as normas anteriores ao processo de convergência, as quais seguem um plano de contas específico e são regulamentadas a partir da Lei do Sistema Financeiro Nacional e da Lei das Sociedades por ações.

Diferentemente do padrão IFRS, que é caracterizado por ser fundamentado em princípios, no padrão regulado pelo BACEN as normas seguem regras. Desse modo, essa característica possibilita que os gestores tenham liberdade de fazer escolhas, portanto, as normas são menos subjetivas e possuem menor juízo de valor.

Nessa perspectiva, considera-se o contexto brasileiro em que as instituições financeiras apresentam essa característica diferente, uma vez que precisam divulgar seus relatórios considerando dois padrões distintos: o padrão IFRS divulgado pelo IASB, baseado em princípios e o padrão regulado elaborado pelo órgão regulador BACEN, um pouco mais fundamentado em regras. Além disso, de acordo com Acharya e Ryan (2016), essas empresas são de importância fundamental para manutenção e garantia do sistema financeiro dos países, e, dessa forma, é relevante que as informações sejam de qualidade.

2.3 PESQUISAS RELACIONADAS E DESENVOLVIMENTO DA HIPÓTESE

A qualidade das informações contábeis, conforme apontam Dechow et al. (2010), pode ser influenciada por alguns fatores. Dentre estes, pode-se destacar as características institucionais e organizacionais das companhias, como por exemplo o aumento de intangível que pode afetar seus negócios e, conseqüentemente os relatórios contábeis devido à alta incerteza sobre os benefícios de tais investimentos (Srivastava, 2014). Além disso, a governança corporativa também pode estar ligada à qualidade das informações contábeis, isso porque, entende-se que quando as companhias adotam uma conduta diferenciada no que se refere à governança, estas estão mais propensas a divulgar informações com maior qualidade (Braga, 2011). Outro aspecto relacionado à qualidade dos relatórios confere à auditoria externa, uma vez que ao emitir seu parecer, os auditores relatam se as demonstrações das companhias

estão de acordo com os padrões contábeis e, portanto, se há qualidade nas informações divulgadas.

Sobre este aspecto, a regulação contábil também pode ser um indicativo da qualidade das informações reportadas. Essa relação pode ser entendida a partir do ponto de vista de que os processos regulatórios sobre os procedimentos contábeis podem acarretar incentivos para os gestores buscarem atender os padrões exigidos pelos reguladores (Pohlman e Alves, 2004) implicando em relatórios de maior qualidade e com maior utilidade de decisão para os usuários externos. Entretanto, de modo contrário, a regulação pode dar maior liberdade aos gestores devido a discricionariedade que os padrões contábeis podem apresentar, o que implicaria em menor qualidade das demonstrações reportadas, dificultando a tomada de decisão dos investidores.

Mais especificamente, com relação a persistência dos lucros, uma das características da qualidade das informações contábeis, Lev (1983) documenta que fatores econômicos como tipo de produto, tamanho da empresa e intensidade de capital estão associados aos lucros das companhias e, portanto, podem ter implicações na persistência destes lucros. No mesmo sentido, Dichev e Tang (2009) observam que a existência de choques econômicos e problemas na determinação dos lucros, também pode gerar implicações na sua persistência. Ainda, corroborando com a ideia, Bali, Demirtas e Tehranian (2008), apontam que os lucros podem ser impactados por eventos macroeconômicos e específicos da empresa.

Seguindo este raciocínio, algumas pesquisas investigaram as diferenças no nível da qualidade das informações contábeis ao considerar a forma com que ela foi regulada. Baioco et al. (2013), por exemplo, investigaram os efeitos da regulação dos mercados sobre o nível de suavização de resultados. As evidências sugerem que a regulação exercida por algumas agências reguladoras não criou incentivos para a suavização de resultados. Pelo contrário, os setores não regulados apresentaram maior nível de suavização.

O estudo de Marques (2018) objetivou comparar o *value relevance* das informações apresentadas nos relatórios que seguem o padrão IFRS com os que seguem o padrão BACEN. Os resultados da pesquisa sugerem uma reflexão por parte do Banco Central no sentido de analisar a adoção das normas internacionais de forma completa, evitando desta forma, custos adicionais de divulgação.

Na mesma lógica, o trabalho de Costa et al. (2009) investigou se a regulação tem implicações no nível de conservadorismo de empresas brasileiras. Os autores documentaram que os resultados não permitem inferir nenhum impacto entre a relação investigada. Assim, os achados sugerem que uma regulação contábil mais restritiva não implica em aumento do conservadorismo das empresas estudadas.

Em relação às implicações de padrões contábeis na qualidade das informações, após o processo de convergência ao padrão IFRS algumas pesquisas buscaram identificar os reflexos da aderência às normas IFRS sobre algumas características da qualidade das informações contábeis. Nessa temática, grande parte dos estudos se concentraram em estudar o período que antecede à adoção das normas IFRS em comparação com o período posterior ao padrão IFRS, identificando as mudanças ocorridas e suas possíveis consequências na qualidade dos relatórios financeiros. Entretanto, apesar da ampla gama de trabalhos que versam sobre o tema, os resultados apresentados não são convergentes, uma vez que a literatura acerca da temática apresenta algumas vertentes com diferentes perspectivas.

Dentro desta perspectiva, a primeira vertente apresentada na literatura sugere que a qualidade lucros das companhias não tem relação com os padrões contábeis estabelecidos, ou seja, os estudos que apresentam esses achados demonstram que as informações divulgadas nos relatórios contábeis não apresentam maior ou menor qualidade, independentemente do padrão adotado. Nessa linha de pesquisa, encontram-se os trabalhos de Atwood et al. (2011), Sunder (2009), Jamal et al. (2008) e Kothari et al. (2010).

Atwood et al. (2011) tomam como base para realização de sua pesquisa uma amostra com empresas de 33 países com o intuito de investigar possíveis diferenças no que confere à qualidade dos relatórios ao comparar companhias que seguem o padrão IFRS e empresas que utilizam o padrão US GAAP ou o padrão local para divulgar suas informações. Dessa forma, os autores documentam que não encontraram diferença significativa na persistência dos lucros ao considerar a adoção de padrões distintos pelas empresas que compõem a amostra do estudo.

O entendimento de que padrões contábeis não tem implicações na qualidade das informações e, portanto, um processo de convergência não significaria melhorias nesse aspecto também é apontada no estudo de Sunder (2009). Inicialmente o autor destaca que há um amplo consenso de que padrões baseados em princípios são preferíveis em comparação a padrões baseados em regras. No entanto, conforme discussão apresentada, o autor aponta que esse

consenso pode implicar na não evolução da contabilidade e desencorajar a busca por métodos contábeis que melhorem a qualidade dos relatórios, além de impossibilitar a realização de estudos comparativos. Desse modo, Sunder (2009) alega que a existência de padrões contábeis padronizados não resulta, necessariamente, em harmonização das práticas contábeis.

Ainda, cabe destacar a pesquisa de Jamal et al. (2008), onde os autores apontam que as pesquisas desenvolvidas não apresentam evidências conclusivas com relação a qual padrão reflete em melhor qualidade dos relatórios, se o padrão US GAAP ou o padrão IFRS. Desse modo, por não conhecer a abordagem que promove maior qualidade na elaboração de relatórios contábeis, os autores sugerem que a competição entre os padrões seria a melhor alternativa.

Diferente do exposto anteriormente, existem na literatura pesquisas cujos achados apontam que os padrões contábeis têm implicações em alguns aspectos da qualidade das informações e demonstram que o processo de convergência às normas internacionais trouxe benefícios, pois apresenta melhoria na qualidade dos relatórios, principalmente no que se refere a comparabilidade. Dessa forma, a convergência para as normas internacionais possibilitou vantagens aos usuários externos ao considerar sua tomada de decisão. Com relação a essa perspectiva, tem-se os estudos de Liu e Sun (2015), Barth et al. (2008) e Ribeiro et al. (2016).

O estudo de Barth et al. (2008) buscou identificar se a aplicação das normas internacionais de contabilidade está relacionada a maior qualidade das informações contábeis. Ao utilizar uma amostra com empresas de 21 países que seguem as normas internacionais, os autores documentam que as companhias evidenciam menos gerenciamento de resultados, possuem reconhecimento de perda mais oportuno e maior relevância dos valores contábeis. Portanto, os achados da pesquisa evidenciam que as empresas que adotam as normas internacionais apresentam melhoria na qualidade contábil.

No mesmo sentido, ao considerar uma amostra com empresas canadenses, com o objetivo de identificar se a adoção das normas internacionais afetou a qualidade dos lucros, os achados da pesquisa de Liu e Sun (2015) sugerem após a adoção das IFRS as empresas têm lucros mais persistentes. Portanto, a convergência ao padrão implicou em melhorias na qualidade dos lucros reportados pelas companhias.

Ainda, o estudo de Ribeiro et al. (2016) investigou o impacto do movimento de flexibilização regulatória contábil no Brasil sobre a comparabilidade dos relatórios financeiros. Os autores documentam que houve aumento da comparabilidade durante o período de transição

regulatório no país e concluem que o aumento da discricionariedade do gestor em decorrência da maior flexibilização dos padrões contábeis não diminuiu a comparabilidade dos relatórios financeiros das companhias brasileiras.

Há ainda na literatura uma terceira vertente, cujos estudos afirmam que a adoção das normas IFRS não resultou em melhorias relacionadas a qualidade dos relatórios financeiros, mas sim, prejudicou a qualidade das informações contábeis, devido a sua discricionariedade principalmente com relação ao uso do valor justo. Nessa linha de pesquisa, enquadram-se os trabalhos de Artikis e Doukakis (2010), Marçal e Macedo (2019) e Ahmed et al. (2013).

Artikis e Doukakis (2010) buscaram examinar a influência do padrão IFRS na persistência dos lucros e dos componentes dos lucros. Com uma amostra de empresas listadas na Bolsa de Valores da Grécia, os autores apontam que as normas internacionais não parecem melhorar a persistência dos lucros e de seus componentes.

Corroborando a ideia, o estudo de Ahmed et al. (2013), ao utilizar uma meta-análise buscou identificar os efeitos da adoção das IFRS nos relatórios financeiros, ao considerar o *value relevance* e a transparência dos lucros utilizando *accruals* discricionários e a qualidade das previsões dos lucros por parte dos analistas. Os resultados do estudo apontam que a relevância do valor contábil do patrimônio líquido não aumentou se comparada ao período posterior ao da adoção das normas internacionais.

Seguindo essa linha de pensamento, a pesquisa de Marçal e Macedo (2019) buscou identificar o impacto dos *accruals* discricionários na persistência dos lucros de empresas brasileiras, ao considerar a adoção das normas internacionais. Os autores destacam que, diferentemente do que foi apontado em pesquisas anteriores, a adoção das IFRS não implicou em reflexos na relação entre os *accruals* e a persistência dos lucros.

Dessa forma, verifica-se divergências com relação a influência de padrões contábeis na qualidade das informações contábeis. Além disso, os estudos se concentram em analisar o período pré-adoção das normas IFRS em comparação com o período pós-adoção do padrão, portanto, poucos são os estudos que investigaram concomitantemente relatórios que tem bases distintas. Vale ressaltar que no Brasil, o setor bancário, por apresentar algumas especificidades, muitas vezes não é considerado nas amostras das pesquisas, o que instiga a elaboração de novas pesquisas que trabalhem com o setor.

Por fim, ao considerar a discussão abordada anteriormente, acerca das vertentes existentes na literatura sobre a temática, apesar da discricionariedade apresentada no modelo contábil IFRS, acredita-se que esse modelo possa melhorar a qualidade das informações contábeis. Isso porque, conforme apontado em pesquisas posteriores, a adoção de tal padrão possibilitou uma maior comparação entre companhias. Deste modo, delinea-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Os lucros das empresas são mais persistentes nos relatórios que seguem o modelo contábil IFRS do que em relatórios que seguem o modelo contábil BACEN.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 AMOSTRA E COLETA DOS DADOS

A população do estudo compreende todas as empresas do setor bancário que negociaram ações na Brasil, Bolsa Balcão (B3) no período de 2010 a 2019. Inicialmente, a amostra da pesquisa correspondia a 25 bancos que possuíam informações divulgadas conforme o modelo contábil proposto pelo BACEN. Entretanto, os bancos Alfa Holding, Amazônia, Banpara, Itausa, Merc Invest e Nord Brasil não apresentavam as informações referentes ao padrão IFRS e, dessa forma, foram excluídos da amostra. Deste modo, a amostra final da pesquisa resultou em 19 bancos que negociam ações no mercado acionário brasileiro e que apresentaram demonstrativos que seguem o modelo contábil societário IFRS, bem como, demonstrativos regulados com base nas normas do setor ao qual pertencem (BACEN), com as informações necessárias para o cálculo da medida de persistência e também as variáveis de controle que compõem a análise multivariada.

A amostra final representa 76% da amostra inicial, que conta com 304 observações anuais possíveis. Na Tabela 1 são demonstrados os bancos que compõem a amostra da pesquisa.

Tabela 1
Amostra da pesquisa

Painel A: Procedimentos de seleção da amostra	
Seleção da amostra	
Observações de 2010 a 2019	304 observações anuais
Painel B: Composição da amostra	
ABC BRASIL	BTGP BANCO
ALFA INVEST	DAYCOVAL
BANCO BMG	INDUSVAL
BANCO INTER	ITAÚ UNIBANCO
BANCO PAN	MERC BRASIL
BANESE	PARANA
BANESTES	PINE
BRADESCO	SANTANDER BR
BRASIL	SOFISA
BRB BANCO	

Fonte: elaboração própria

Os dados necessários para realização da pesquisa foram coletados inicialmente a partir da base de dados Economatica® (onde foram obtidos dados econômico-financeiros dos relatórios regulados pela agência reguladora BACEN) e, posteriormente nos endereços

eletrônicos da CVM, da própria companhia e da agência reguladora (onde foram buscados os relatórios que seguem o padrão IFRS).

No que tange ao intervalo analisado, os dados foram coletados em períodos anuais de 2010 a 2019, no entanto, a análise inicia-se com o período de 2012, tendo em vista o cálculo da persistência, conforme será comentado na sequência.

3.2 MODELO BASE DO ESTUDO

3.2.1 Persistência dos Lucros

O modelo de base do estudo corresponde a persistência dos lucros, cuja ideia consiste em identificar os lucros futuros tomando como base lucros passados. Conforme aponta Dichev e Tang (2009), existem diversos modelos que fazem previsões de um ano à frente, como por exemplo os modelos de Sloan (1996), Lev e Thiagarajan (1993) e Abarbanell e Bushee (1997). Entretanto, existem poucos modelos úteis para realizar projeções de resultados a longo prazo (Dichev & Tang, 2009).

Devido a isso, os autores buscaram aprimorar o conhecimento acerca da volatilidade e previsibilidade dos lucros, trazendo uma perspectiva de longo prazo. Devido a essa característica, optou-se por utilizar como modelo para cálculo da variável dependente do estudo, persistência dos lucros, o modelo que é apresentado no estudo de Dichev e Tang (2009).

Para medir a persistência dos lucros no modelo original de Dichev e Tang, utiliza-se do inverso do desvio padrão do lucro líquido dos 5 exercícios anteriores para cada observação ano-empresa. Dessa forma, o modelo parte do pressuposto de que quanto maior for a volatilidade do lucro líquido, menor será a persistência dos lucros. Portanto, a lógica que segue é que a volatilidade dos lucros é compreendida pela persistência.

Neste modelo, diferentemente do modelo de Sloan (1996) que apresenta uma persistência geral para todas as empresas, encontra-se um valor de persistência para cada empresa e quanto maior o número encontrado, menor será a volatilidade dos lucros e, portanto, maior a persistência dos lucros das empresas.

No entanto, vale ressaltar que tal modelo apresenta algumas limitações, principalmente no que se refere à sensibilidade da diferença de magnitude. Haja vista que considera-se apenas o valor do lucro líquido para o cálculo da persistência, pode ocorrer de a medida ser sensível à diferença de magnitude, ou seja, ao tamanho das empresas. Desse modo, com o intuito de buscar solucionar a limitação apresentada, adotou-se o procedimento realizado por Sloan (1996), o qual pondera o lucro líquido pelo ativo total do período.

Vale destacar que para a pesquisa foi necessário realizar uma adaptação no que se refere ao cálculo da persistência, uma vez que os bancos não apresentam demonstrativos que seguem o padrão IFRS em períodos trimestrais, mas apenas demonstrações anuais. Desse modo, para o cálculo da persistência, ao invés de utilizar 12 trimestres (1 atual e os 11 trimestres anteriores), utilizou-se 3 períodos anuais (o atual somado aos dois períodos anteriores). Assim, essa adaptação preserva o lapso temporal para captar a volatilidade dos lucros dos bancos que negociam suas ações no mercado brasileiro.

3.3 VARIÁVEIS E MODELO EMPÍRICO DO ESTUDO

As informações referentes à variável dependente e independente do modelo multivariado são apresentadas na Tabela 2:

Tabela 2
Variáveis do modelo multivariado

Variável Dependente			
Variável	Descrição	Operacionalização	Referências
Persistência (PERSIST)	Métrica que compreende a Persistência dos lucros das empresas	Inverso do desvio padrão do resultado líquido ponderado pelo ativo total anual	Dichev e Tang (2009)
Variáveis Independentes			
Variável de interesse			
Código	Descrição	Operacionalização	Referências
IFRS	Demonstração contábil que é fundamentada no padrão contábil IFRS	Variável dummy, em que 1 se refere a demonstrativos que seguem o padrão IFRS e 0 que corresponde a demonstrativos regulamentados pela agência reguladora.	Morais et. al (2019)
Variáveis de controle			
Crescimento (CRESC)	Varição da Receita da Intermediação Financeira	(Receita líquida de vendas do período / Receita líquida de vendas do período t-1) -1	Hochberg (2011), Zhang (2012) e de Melo (2015)

Endividamento Geral (END)	Variável que mensura a participação de terceiros dos valores alocados aos ativos das empresas	Passivo Circulante final + Passivo não Circulante final/ Ativo Total final) *100)	DeFond e Jiambalvo (1994); Marra, Mazzola e Prencipe (2011)
Tamanho (TAM)	Ativo Total de cada companhia transformado para sua base logarítmica	Logaritmo Neperiano (Ln) do Ativo Total final das companhias.	Watts e Zimmerman (1986); Doyle, Ge e McVay. (2007)

Fonte: elaboração própria

A análise multivariada é constituída da variável dependente, variável de interesse e variáveis de controle. Nesta pesquisa, a variável dependente é a persistência dos lucros (PERSIST), cujo modelo a ser utilizado será o abordado no estudo de Dichev e Tang (2009). Já a variável de interesse corresponde a IFRS, variável *dummy*, onde se refere ao modelo contábil IFRS e 0 para o modelo contábil BACEN.

Quanto as variáveis de controle, tem-se crescimento da receita (CRESC), endividamento geral (END) e tamanho (TAM). Estas variáveis foram utilizadas uma vez que são apontadas por outros estudos (descritas na Tabela 1) por estarem relacionados com a qualidade dos relatórios financeiros.

A partir disto, utilizou-se um modelo econométrico para analisar se há diferença na persistência dos lucros dos bancos, no que se refere à demonstrativos que seguem o modelo contábil IFRS e o modelo contábil BACEN. Assim, apresenta-se a equação (1), que mensura a diferença no nível de persistência dos lucros dos bancos entre os padrões societário e regulatório.

$$PERSIST_{it} = \beta_0 + \beta_1 IFRS_{it} + \beta_2 CRESC_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \varepsilon_{it}$$

Equação (1)

Em que: $PERSIST_{it}$ = Persistência do lucro da empresa i no período t ; $IFRS_{it}$ = Variável *dummy*, em que 1 se refere a demonstrativos que seguem o padrão IFRS e 0 que corresponde a demonstrativos regulamentados pela agência reguladora; $CRESC_{it}$ = Crescimento da receita da companhia i no período t ; END = Endividamento geral da empresa i no período t ; TAM_{it} = Tamanho da empresa i no período t ;

3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

No que corresponde a análise de dados, foi utilizada a regressão de dados em painel, a partir da equação 1, apresentada anteriormente. Destaca-se que a amostra compreende um painel curto (maior número de indivíduos do que de períodos analisados) e desbalanceado (não foram mantidas todas as observações ao longo do intervalo de tempo analisado).

Com relação ao modelo em painel, após a realização dos testes, optou-se pelo *pooled*, uma vez que o painel se apresentou desbalanceado e, dessa forma, não seria lógico utilizar o modelo aleatório, pois ele considera a evolução dos mesmos indivíduos ao longo do tempo. Já o modelo de efeitos fixos, também não seria adequado, uma vez que não há variabilidade em algumas empresas da amostra.

Ressalta-se que as observações foram submetidas ao teste Hadi, para detecção de possíveis *outliers* que possam distorcer a análise. O teste apontou a presença de 22 *outliers*, os quais foram excluídos. Dessa forma, das 274 observações possíveis, tem-se 252 observações finais entre 2012 e 2019.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Inicia-se a análise da pesquisa com a apresentação dos resultados da estatística descritiva das variáveis utilizadas. Na Tabela 3 são apresentados os valores obtidos, após a exclusão dos *outliers* para o período de 2012 a 2019.

Tabela 3
Estatística descritiva

PAINEL A – REGULATÓRIO (BACEN)								
	p50	Média	Desvio padrão			Mínimo	Máximo	Obs
			Overall	Between	Within			
PERSIST	4,0986	5,3393	4,7062	3,4906	3,2637	0,3025	23,4643	136
CRESC	0,6232	0,0316	0,1804	0,7486	0,1642	0,6643	0,4309	136
END	89,5049	88,3954	4,8038	4,4838	1,9572	70,8046	95,0533	136
TAM	16,5511	17,3103	2,0522	2,0730	0,2378	14,1759	21,1310	136
PAINEL B – SOCIETÁRIO (IFRS)								
	p50	Média	Desvio padrão			Mínimo	Máximo	Obs
			Overall	Between	Within			
PERSIST	3,5606	5,0425	4,7093	3,4984	2,9615	0,3414	24,2107	116
CRESC	0,0277	-0,0026	0,2041	0,1146	0,1748	-0,7223	0,2962	116
END	89,1793	88,4437	4,3753	5,1196	1,8184	71,0745	5,0886	116
TAM	16,5433	17,3048	1,9313	2,0015	0,2002	14,7092	21,0963	116
PAINEL C – AMOSTRA TOTAL								
	p50	Média	Desvio padrão			Mínimo	Máximo	Obs
			Overall	Between	Within			
PERSIST	3,7686	5,2027	4,7006	3,4589	3,1221	0,3025	24,2107	252
CRESC	0,0469	0,0158	0,1920	0,0976	0,1688	-0,7223	0,4309	252
END	89,3638	88,4176	4,6025	4,7573	1,8909	70,8046	95,0886	252
TAM	16,5433	17,3078	1,9935	2,0099	0,2209	14,1759	21,1310	252

Fonte: elaboração própria

Legenda: Obs = observações

Inicialmente ao considerar os desvios-padrão das variáveis apresentadas na Tabela 3, é possível observar que, no padrão regulatório todas as variáveis apresentam predominância da variação entre os pares de empresas (*Between*). Já no padrão societário, apenas a variável crescimento da receita apresenta variação predominante ao longo dos períodos (*Within*). Também observa-se que ambos os modelos contábeis apresentam médias de persistência não muito distintas, sendo a média do padrão BACEN ligeiramente maior (5,3393) que a do padrão IFRS (5,0425).

No que se refere às variáveis de controle, a variável tamanho (TAM) e a variável endividamento (END) apresentam médias similares entre os modelos estudados, sendo as médias da variável (TAM) 17,3103 para o modelo regulatório e 17,3078 para o modelo societário e da variável (END) 88,3954 para BACEN e 88,4437 para IFRS. Os desvios padrão são baixos e não apresentam valores discrepantes. Tais achados são convergentes com o que é demonstrado no estudo de Marques (2018).

Já a variável crescimento da receita (CRESC) apresenta comportamento diferente entre os padrões. Enquanto no padrão BACEN a variável apresenta média positiva de 0,0316, no padrão IFRS apresenta média negativa de 0,0026. O que quer dizer que, em média, a receita dos bancos pelo modelo IFRS apresenta um decréscimo de 0,26% ao passo que para o modelo BACEN há um crescimento de 3,16%.

Apesar do nível de persistência dos lucros das empresas apresentarem médias similares, ao considerar os dois modelos contábeis estudados, essa medida da característica qualitativa da informação pode ter apresentado diferenças ao longo do período analisado. Dessa forma, na Figura 1, são apresentadas as informações referentes ao comportamento ao longo do tempo da persistência dos lucros para o modelo contábil BACEN e para o modelo contábil IFRS, respectivamente.

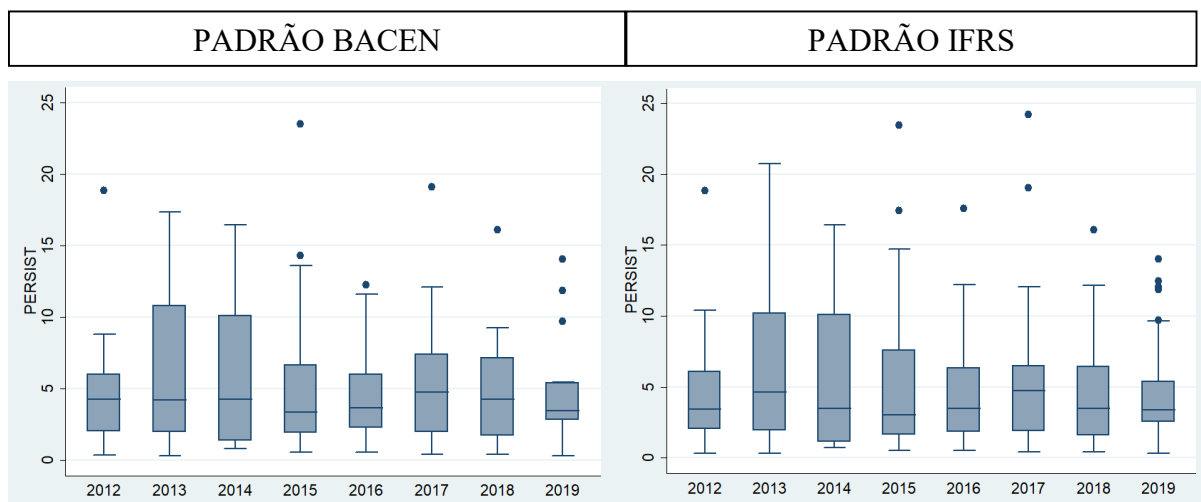


Figura 1. Comportamento da persistência dos lucros entre 2012 e 2019

Fonte: elaboração própria

A Figura 1 demonstra o comportamento da persistência dos lucros para o modelo contábil BACEN e para o modelo contábil IFRS, respectivamente. Nota-se que as empresas que estão na mediana, no modelo contábil BACEN (figura à esquerda) não apresentaram variação acentuada da persistência ao longo dos anos. No entanto, observando o modelo contábil IFRS (figura à direita), percebe-se que houve uma variação considerável das empresas que estão na mediana. Desse modo, entende-se que pode haver uma diferença entre os modelos, que pode ocorrer em virtude das diferenças entre os modelos principalmente no que se refere à mensuração ao valor justo por parte do padrão IFRS, e por esse modelo apresentar maior discricionariedade.

Ao considerar as empresas com os maiores nível de persistência, representadas pela parte de cima da “caixa”, tanto no padrão BACEN quanto para no IFRS, apresentaram variação ao longo dos anos. As maiores diferenças são percebidas entre os anos 2012-2013 e 2014-2015, principalmente no modelo BACEN. Percebe-se que esses foram períodos de incerteza na economia, o que pode ter acarretado tais quedas e prejudicado a qualidade da informação contábil de certa forma.

4.2 ANÁLISE MULTIVARIADA

Seguindo a análise dos resultados, após a estatística descritiva, os dados foram submetidos ao teste de correlação de *Spearman* com o objetivo de identificar possíveis relações entre as variáveis do estudo, bem como a detecção de problemas, como a multicolinearidade. Conforme dito em tópico anterior, o teste de correlação de *Spearman* é utilizado quando as variáveis não apresentam distribuição normal (Fávero & Belfiore, 2017). Os resultados deste teste são demonstrados na Tabela 4.

Tabela 4
Matriz de correlação de Spearman

VARIÁVEIS	PERSIST	CRESC	END_GE	TAM
PERIST	1			
CRESC	0,1225*	1		
END	0,2864***	0,0112	1	
TAM	0,4566***	0,1129*	0,2694***	1

Nota: * significância estatística no nível bi-caudal a 10%, ** significância estatística no nível bi-caudal a 5% e *** significância estatística no nível bi-caudal a 1%.

Quanto as variáveis de controle, variação da receita (CRESC), endividamento geral (END) e tamanho (TAM), todas apresentam correlação positiva e significativa com a variável dependente persistência dos lucros. Esses resultados podem ser um indicativo de que empresas maiores, com maiores receitas e endividamento, apresentam lucros menos voláteis, portanto, mais persistentes.

No que se refere à correlação entre as variáveis independentes do estudo, nota-se que o Tamanho apresenta correlação positiva e significativa com o Crescimento da receita e endividamento geral. Isto indica que, empresas com porte apresentaram maior crescimento da receita e índices de endividamento ao longo do tempo abarcado nesta pesquisa.

Ainda sobre a correlação entre as variáveis independentes, cabe destacar que nenhum coeficiente resultou acima de 0,70, o que indica que o modelo não apresenta problemas de multicolinearidade, conforme apontado por Fávero e Belfiore (2017). Para confirmar a não existência de problemas de multicolinearidade, optou-se pela realização do teste VIF, o qual apresentou resultado médio e de todas as variáveis independentes abaixo de 5. Dessa forma, entende-se que não há indicativos de problemas no modelo multivariado (Fávero & Belfiore, 2017; Wooldridge, 2015).

Além do teste VIF, também foi realizado o teste de Breusch–Pagan, com o objetivo de identificar se o modelo apresenta problemas ligados à heterocedasticidade dos resíduos. Esse teste indicou que os dados não têm a presença desta característica que pode distorcer os resultados e enviesar a sua interpretação.

Dessa forma, com os testes pressupostos indicando que pode ser realizada a análise multivariada, o modelo não necessitou de correções com relação à multicolineariedade. Na Tabela 5 são apresentados os resultados sobre o impacto do padrão IFRS na persistência dos lucros.

Tabela 5
Modelo multivariado da persistência dos lucros

Variáveis	PERSIST		
	Coefficiente	Erros Robustos	Estatística T
IFRS	-0,1843	0,5596	-0,33
CRESC	3,4833	1,4685	2,37

TAM	0,4883	0,1488	3,28
END	0,1963	0,6394	3,07
Constante	-20,5782	5,4102	-3,80
Observações	252		
Teste F	9,54***		
R ²	0,1338		
Root MSE	4,4101		

Notas: *significância ao nível de 10%; **significância ao nível de 5%; ***significância ao nível de 1%. A regressão acima foi estimada por meio do método pooled com erros robustos, mitigando o problema de heterocedasticidade. A regressão tem como base a seguinte equação: $PERSIST_{it} = \beta_0 + \beta_1 IFRS_{it} + \beta_2 CRESC_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \varepsilon_{it}$

Fonte: elaboração própria

Os achados da Tabela 5 demonstram que o modelo apresenta um R² de 13,38%. Ainda, considerando o coeficiente beta, rejeita-se a hipótese de pesquisa levantada de que o padrão IFRS apresenta lucros mais persistentes quando comparado com o padrão BACEN. Apesar de a estatística descritiva demonstrar que há uma diferença entre a persistência dos padrões ao longo do tempo, tal diferença é pequena e, portanto, não traz implicações para a qualidade das informações contábeis. Tal resultado é convergente com os achados da pesquisa de Canova e Costa (2020), que apontam indícios de que as instituições financeiras não necessitam preparar dois conjuntos de demonstrativos, haja vista que o lucro e o patrimônio líquido se apresentam equivalentes ao considerar os dois modelos contábeis.

No mesmo sentido, a pesquisa de Atwood (2011) que, investiga se há diferenças na qualidade dos relatórios ao considerar companhias que seguem o padrão IFRS e empresas que utilizam o padrão US GAAP ou padrão local em 33 países, aponta que não foram encontradas diferenças significativas na persistência dos lucros para as empresas que compõem a amostra do estudo.

Assim, percebe-se que não só no Brasil, mas também em outros países, ainda não há convergência completa aos padrões internacionais, mas que a adoção de mais de um padrão não tem implicações para a qualidade da informação contábil. Dessa forma, ao considerar que não há grandes diferenças entre os dois modelos, algo a ser considerado se refere aos custos de elaborar dois demonstrativos.

Nesse sentido, o estudo de Marques (2018), também realiza a comparação entre os modelos societário e regulatório, no entanto, utiliza a *value relevance*, buscando analisar em qual dos modelos as informações são mais relevantes. Os resultados desses estudos sugerem

uma reflexão do Banco Central no sentido de adotar as normas internacionais de forma completa, e, dessa forma, diminuir os custos de divulgação para as empresas.

Com relação aos custos despendidos na elaboração de dois padrões, Alessandro Broedel, diretor do Itaú, afirma que a unificação de padrões poderia trazer redução de custo e facilitar a comparabilidade das informações. Já para Flavio Peppe, sócio de auditoria para o mercado financeiro da E&Y, a prestação de contas em IFRS uma vez ao ano, como ocorre atualmente, tornou os bancos mais comparáveis com pares internacionais. No entanto, não descarta que as exigências do Banco Central ajudaram as instituições do país a atravessar a crise de 2008 (Jornal Contábil, 2015)

No entanto, esse resultado pode apresentar diferença ao considerar outro setor, como é demonstrado na pesquisa de Ferreira et al. (2020). Em seu estudo os autores investigam qual modelo, se o societário ou regulatório, explicam melhor a variação do preço das ações das companhias elétricas brasileiras. Os resultados sugerem que, as informações societárias, fundamentadas em IFRS, são mais relevantes do que as informações regulatórias.

Por fim, sobre as variáveis de controle, nota-se que todas apresentam relação significativa e positiva com a variável dependente persistência dos lucros. Portanto, entende-se que quanto maior for o crescimento da receita da empresa, maior for o seu porte e maior for o seu endividamento, maior será a persistência dos seus lucros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da obrigatoriedade da divulgação de demonstrações contábeis regulatórias pelas empresas do setor bancário, a contabilidade regulatória é mais uma das fontes de informação contábil que se faz presente no rol de dados disponíveis aos usuários externos. Esses dois modelos contábeis apresentam algumas diferenças, tendo em vista que o BACEN não adotou a convergência completa ao padrão internacional. Ao considerar essas distinções, o objetivo dessa pesquisa se pautou em analisar a diferença na persistência dos lucros dos bancos, tendo em vista a especificidade apresentada por esse setor ao divulgar dois tipos de demonstrativos, um que segue o modelo contábil IFRS e o outro que segue o modelo proposto pelo órgão regulador BACEN.

No que se refere ao comportamento da persistência dos lucros dos relatórios societário e regulatório ao longo do tempo, constatou-se que houve uma diminuição, principalmente em períodos de recessão econômica do PIB brasileiro (2015-2016). Assim, esses achados implicam em contribuições práticas, uma vez que pode servir de alerta aos usuários da informação contábil, ao considerar que períodos em que há recessão econômica o seu processo decisório pode ser afetado.

Os resultados da pesquisa demonstram que o modelo multivariado apresenta poder explicativo (R^2) de 13,38%, desse modo, rejeita-se a hipótese de pesquisa que diz que relatórios contábeis que seguem o modelo contábil IFRS apresentam lucros mais persistentes. Esses achados apresentam contribuições teóricas, principalmente no que se refere aos trabalhos de Atwood (2011), que destaca que não há diferenças significativa na persistência dos lucros ao considerar a adoção de padrões distintos por empresas de 33 países. Também, complementa-se os achados da pesquisa de Marques (2018) que, sugere que apesar de haver diferença na relevância entre os modelos, são diferenças sutis.

A pesquisa também pode contribuir no âmbito prático, principalmente no que se refere aos usuários da informação contábil, principalmente investidores, bem como os órgãos reguladores, com foco principal para o BACEN. Nesse sentido, destaca-se que pode ser relevante para os investidores, uma vez que não há diferença nos relatórios e, portanto, não há prejuízo da qualidade da informação e, assim, estes podem realizar suas projeções e escolher em quais empresas querem investir. Vale ressaltar que os dividendos são distribuídos com base nos demonstrativos regulatórios. Com relação ao BACEN, os resultados podem ser úteis no

sentido de refletir sobre a possibilidade de adoção plena das normas internacionais, evitando custos adicionais na elaboração de mais de um demonstrativo, como comentando por diretores de grandes bancos como o Itaú.

Por fim, cabe ressaltar que o presente estudo não está livre de limitações, uma vez que contempla uma amostra não probabilística, fato que impossibilita a generalização de resultados. Isso se deve, principalmente, às características institucionais específicas do Brasil, que refletem nas empresas, como por exemplo a de ser um mercado emergente. Outro ponto se refere a escolha de apenas um setor da economia que apresenta a divulgação de relatórios que seguem o padrão da agência reguladora (BACEN) e o padrão societário (IFRS), fato que limitou a amostra. Além disso, por não serem divulgados relatórios regulatórios trimestrais, foi necessário realizar uma adaptação para o cálculo da persistência. Outro ponto com relação a persistência, é que apesar de ser considerada uma característica da qualidade da informação, ela também pode ser considerada ruim, se for fruto de manipulação.

A partir dessas limitações, aponta-se algumas sugestões para futuras pesquisas, como por exemplo, abarcar outros setores da economia, possibilitando realizar comparações e contribuir com a temática, além de ampliar o número da amostra. Pode-se também abordar a discussão entre os padrões regulatório e IFRS utilizando outras métricas de qualidade da informação, tal como a comparabilidade. E, ainda, verificar até que ponto a persistência é considerada qualidade.

REFERÊNCIAS

- Abarbanell, J. S., & Bushee, B. J. (1997). Fundamental analysis, future earnings, and stock prices. *Journal of accounting research*, 35(1), 1-24.
- Aboody, D., Hughes, J., & Liu, J. (2002). Measuring value relevance in a (possibly) inefficient market. *Journal of accounting research*, 40(4), 965-986.
- Acharya, V. V., & Ryan, S. G. (2016). Banks' financial reporting and financial system stability. *Journal of Accounting Research*, 54(2), 277-340.
- Ahmed, K., Chalmers, K., & Khelif, H. (2013). A meta-analysis of IFRS adoption effects. *The International Journal of Accounting*, 48(2), 173-217.
- Antunes, J., ANTUNES, G. M., & PENTEADO, I. M. (2007). A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1. *Seminários em Administração*, 10.
- Armstrong, C. S., Guay, W. R., & Weber, J. P. (2010). The role of information and financial reporting in corporate governance and debt contracting. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 179-234.
- Arruda, M. P., Vieira, C. A., Paulo, E., & Lucena, W. G. (2015). Análise do conservadorismo e persistência dos resultados contábeis das instituições financeiras brasileiras. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10(2).
- Artikis, G. P., & Doukakis, L. C. (2010). The persistence of earnings and earnings components after the adoption of IFRS. *Managerial Finance*.
- Atwood, T. J., Drake, M. S., Myers, J. N., & Myers, L. A. (2011). Do earnings reported under IFRS tell us more about future earnings and cash flows?. *Journal of accounting and public policy*, 30(2), 103-121.
- Baioco, V., Almeida, J. E., & Rodrigues, A. (2013). Incentivos da regulação de mercados sobre o nível de suavização de resultados. *Contabilidade Vista & Revista*, 24(2), 110-136.
- Bali, T. G., Demirtas, K. O., & Tehranian, H. (2008). Aggregate earnings, firm-level earnings, and expected stock returns. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 657-684.
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and business research*, 36(sup1), 5-27.
- Ball, R., & Brown, P. (1968). An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of accounting research*, 159-178.

- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498.
- Beuren, I. M., de Moura, G. D., & Theis, V. (2016). Remuneração dos executivos em empresas que realizaram combinação de negócios. *Revista de Administração da UNIMEP*, 14(2), 1-30. <https://doi.org/10.15600/1679-5350/rau.v14n2p1-30>
- Booth, J. R., Cornett, M. M., & Tehranian, H. (2002). Boards of directors, ownership, and regulation. *Journal of Banking & Finance*, 26(10), 1973-1996.
- Braga, J. P. (2011). *Padrões contábeis, incentivos econômicos e reconhecimento assimétrico de perdas* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Brown, L. D. (1993). Earnings forecasting research: its implications for capital markets research. *International journal of forecasting*, 9(3), 295-320.
- Chan, K. H., Lin, K. Z., & Mo, P. L. (2010). Will a departure from tax-based accounting encourage tax noncompliance? Archival evidence from a transition economy. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 58-73.
- Cumming, D., Dai, N., Haß, L. H., & Schweizer, D. (2012). Regulatory induced performance persistence: Evidence from hedge funds. *Journal of Corporate Finance*, 18(5), 1005-1022.
- da Costa, R. A., da Costa, F. M., Baptista, É. C. S., & Antunes, G. A. (2010). O impacto da regulação no conservadorismo das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(3).
- Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, 77(s-1), 35-59.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 344-401.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1996). Causes and consequences of earnings manipulation: An analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. *Contemporary accounting research*, 13(1), 1-36.
- DeFond, M., Hu, X., Hung, M., & Li, S. (2011). The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability. *Journal of accounting and economics*, 51(3), 240-258.

- de Melo, P. H. F. (2015). Gerenciamento de Resultados Contábeis e o desempenho das ofertas públicas iniciais de ações de empresas brasileiras (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais), 250p.
- Dichev, I. D., & Tang, V. W. (2009). Earnings volatility and earnings predictability. *Journal of accounting and Economics*, 47(1-2), 160-181.
- Doyle, J., Ge, W., & McVay, S. (2007). Determinants of weaknesses in internal control over financial reporting. *Journal of accounting and Economics*, 44(1-2), 193-223.
- Farias, J. B., Ponte, V. M. R., Oliveira, M. C., & De Luca, M. M. M. (2014). Impactos da adoção das IFRS nas demonstrações consolidadas dos bancos listados na BM&FBOVESPA. *Revista Universo Contábil*, 10(2), 63-83.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil.
- Ferreira, M. N., de Souza Vasconcelos, A. L. F., & NETO, O. R. M. (2020). Impairment e PCLD: Convergência entre a IFRS 9 e Resolução 2.682/99 (BACEN). *Práticas em Contabilidade e Gestão*, 8(1).
- Ferreira, M. P., Milhomen, J. F. C., Ribeiro, A. M. & Zanolla, E., (2020). Contabilidade Societária X Contabilidade Regulatória: Value relevance das informações contábeis do setor elétrico brasileiro. In: *Anais do Congresso XIV ANPCONT, Foz do Iguaçu*.
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 255-307.
- Frankel, R., & Lee, C. M. (1998). Accounting valuation, market expectation, and cross-sectional stock returns. *Journal of Accounting and economics*, 25(3), 283-319.
- Frankel, R., & Litov, L. (2009). Earnings persistence. *Journal of Accounting and Economics*, 47(1-2), 182-190.
- Ge, W. (2009). *Essays on real earnings management* (Doctoral dissertation, McGill University).
- Graham, J. R., Harvey, C. R., & Rajgopal, S. (2005). The economic implications of corporate financial reporting. *Journal of accounting and economics*, 40(1-3), 3-73.
- Hadi, A. S. (1992). Identifying multiple outliers in multivariate data. *Journal of the Royal Statistical Society. Series B (Methodological)*, 761-771.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). Teoria da contabilidade; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. *São Paulo: Atlas*, 277-297.

- Ho, C., & Rao, R. P. (1993). Bond ratings and their determinants in a changing environment. *Journal of Applied Business Research (JABR)*, 9(1), 132-139.
- Hung, C. H. D., Jiang, Y., Liu, F. H., & Tu, H. (2018). Competition or manipulation? An empirical evidence of determinants of the earnings persistence of the US banks. *Journal of Banking & Finance*, 88, 442-454.
- Igarashi, C. (2015, jan. 14) Por que os bancos brasileiros adotam um padrão contábil local, e não o IFRS? *Jornal Contábil*. Acesso em: 23 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/22108/por-que-os-bancos-brasileiros-adotam-um-padrao-contabil-local-e-nao-o-ifrs/>
- Jamal, K., Benston, G. J., Carmichael, D. R., Christensen, T. E., Colson, R. H., Moehrle, S. R., ... & American Accounting Association's Financial Accounting Standards Committee. (2008). A perspective on the SEC's proposal to accept financial statements prepared in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS) without reconciliation to US GAAP. *Accounting Horizons*, 22(2), 241-248.
- Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of accounting and public policy*, 27(6), 480-494.
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 29(2), 193-228.
- Kang, T., Krishnan, G. V., Wolfe, M. C., & Yi, H. S. (2012). The impact of eliminating the 20-F reconciliation requirement for IFRS filers on earnings persistence and information uncertainty. *Accounting Horizons*, 26(4), 741-765.
- Kolozsvari, A. C., & Macedo, M. A. D. S. (2016). Análise da influência da presença da suavização de resultados sobre a persistência dos lucros no mercado brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(72), 306-319.
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 105-231.
- Kothari, S. P., Leone, A. J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of accounting and economics*, 39(1), 163-197.
- Kothari, S. P., Ramanna, K., & Skinner, D. J. (2010). Implications for GAAP from an analysis of positive research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 246-286.

- Lee, C. W. J., Li, L. Y., & Yue, H. (2006). Performance, growth and earnings management. *Review of Accounting Studies*, 11(2-3), 305-334.
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of financial economics*, 69(3), 505-527.
- Lev, B., & Thiagarajan, S. R. (1993). Fundamental information analysis. *Journal of Accounting research*, 31(2), 190-215.
- Lim, C. Y., Lim, C. Y., & Lobo, G. J. (2013). IAS 39 reclassification choice and analyst earnings forecast properties. *Journal of accounting and public policy*, 32(5), 342-356.
- Liu, G., & Sun, J. (2015). Did the mandatory adoption of IFRS affect the earnings quality of Canadian firms?. *Accounting Perspectives*, 14(3), 250-275.
- Lourenço, I. M. E. C., & Branco, M. E. M. D. A. D. C. (2015). Principais consequências da adoção das IFRS: análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), 126-139.
- Mala, R., & Chand, P. (2012). Effect of the global financial crisis on accounting convergence. *Accounting & Finance*, 52(1), 21-46.
- Marçal, R. R., & Macedo, M. A. D. S. (2019). Análise da persistência do lucro diante dos accruals discricionários: um estudo com base no impacto da adoção das IFRS.
- Marques, M. T. *IFRS x Bacen-GAAP: value relevance das informações contábeis das instituições financeiras do Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- McVay, S., Nagar, V., & Tang, V. W. (2006). Trading incentives to meet the analyst forecast. *Review of Accounting Studies*, 11(4), 575-598.
- Michelon, G., Bozzolan, S., & Beretta, S. (2015). Board monitoring and internal control system disclosure in different regulatory environments. *Journal of Applied Accounting Research*.
- Morais, C., Nogueira Maia Amorim, K. V., Viana Junior, D., Domingos, S., & Ponte, V. (2019). Accounting Information Quality of Latin America Firms: The Role of Regulatory Environment. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*.
- No, A. S. (2018). Conceptual framework for financial reporting. *Norwalk, CT: FASB*.
- Ou, J. A., & Penman, S. H. (1989). Financial statement analysis and the prediction of stock returns. *Journal of accounting and economics*, 11(4), 295-329.
- Palepu, K. G., Healy, P. M., & Bernard, V. L. (2000). *Business Analysis and Valuation. Using Financial Statements*, Thompson Learning. City, OH.

- Peasnell, K. V., Pope, P. F., & Young, S. (2000). Accrual management to meet earnings targets: UK evidence pre-and post-Cadbury. *The British Accounting Review*, 32(4), 415-445.
- POHLMANN, M. C., & ALVES, F. J. D. S. (2004). Regulamentação. *Teoria avançada da contabilidade. São Paulo: Atlas*, 233-273.
- Ribeiro, A. M., de Sousa, A. M., Vicente, E. F. R., & do Carmo, C. H. S. (2019a) Income smoothing e comparabilidade dos relatórios financeiros: evidências em empresas brasileiras de capital aberto. Anais do XVII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Porto, Portugal, 1–26.
- Ribeiro, A. M., de Sousa, A. M., & Vicente, E. F. R. (2019b) Impacto da Troca de Auditor na Comparabilidade dos Relatórios Financeiros: Uma Análise em Companhias Brasileiras de Capital Aberto. Anais do XIX USP International Conference in Accounting, São Paulo, Brasil, 1-20.
- Ribeiro, A. M., do Carmo, C. H. S., Fávero, L. P. L., & Carvalho, L. N. (2016). Poder Discricionário do Gestor e Comparabilidade dos Relatórios Financeiros: Uma Análise do Processo de Transição Regulatória da Contabilidade Brasileira. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(70), 12-28.
- Rodrigues, A., & Martins, E. (2009). Gerenciamento da informação contábil através das provisões técnicas constituídas por sociedades seguradoras. *Revista Universo Contábil*, 6(1), 46-66.
- Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting horizons*, 17, 97-110.
- Shima, K. M., & Gordon, E. A. (2011). IFRS and the regulatory environment: The case of US investor allocation choice. *Journal of accounting and public policy*, 30(5), 481-500.
- Silva, M. S., Galdi, F. C., & Teixeira, A. (2010). Estudo sobre o efeito das eleições presidenciais no gerenciamento de resultados de empresas atuantes em setores regulados. *Contabilidade Vista & Revista*, 21(2), 45-68.
- Sloan, R. G. (1996). Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings?. *Accounting review*, 289-315.
- Sousa, A. M., & Ribeiro, A. M. (2020). A remuneração dos executivos mitiga os accruals discricionários? Uma análise em bancos brasileiros de capital aberto. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 18(3), 25-38.
- Srivastava, A. (2014). Why have measures of earnings quality changed over time?. *Journal of Accounting and Economics*, 57(2-3), 196-217.
- Sunder, S. (2009). IFRS and the accounting consensus. *Accounting horizons*, 23(1), 101-111.